

Sarney e Ulysses selam acordo para manter o poder

Andrei Meireles

Num acordo tácito com o Palácio do Planalto, o deputado Ulysses Guimarães contribuiu para a aprovação de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e será recompensado no segundo turno da Constituinte quando os votos governistas o ajudarem a derrubar a proibição da reeleição para a Presidência da Câmara. Esse acordo implicaria também na manutenção dos ministros ulyssistas no Governo, especialmente Renato Archer, da Previdência Social, pelo menos até a promulgação da Constituição. Ontem à noite, no Palácio da Alvorada, Ulysses e Sarney praticamente selaram esse entendimento.

Antes da conversa com Sarney, Ulysses trocou idéias com o próprio Archer e com o ministro Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia. Numa mudança de disposição manifestada no Governo até o final da semana passada, alguns ministros do esquema político de Sarney garantiam ontem que está descartada a demissão de Renato Archer até a promulgação da Constituição, o que, na prática, significa que saiu da pauta de preocupações do Planalto.

Reeleição

O entendimento direto entre Sarney e Ulysses é uma garantia governista a mais para a batalha da duração do mandato presidencial. Mesmo com todos os levantamentos indicando a vitória dos cinco anos, Sarney, já surpreendido em outras votações da Constituinte, não quer correr qualquer risco em relação à duração do seu mandato. O convite feito a Ulysses para jantar foi com agenda em aberto, segundo Ulysses confidenciou a Archer e Luiz Henrique durante o almoço.

A emenda que permitirá mais uma reeleição de Ulysses para a Presidência da Câmara é de autoria do deputado Rubem Medina, do PFL do Rio de Janeiro. Ela suprime da Constituição tudo que se refere às eleições para as mesas das casas legislativas. Esses pleitos passariam a ser regulamentados apenas pelos regimentos internos da Câmara e do Senado Federal.

O deputado ulyssistas Genebaldo Correia, 1º vice-líder do PMDB na Câmara, justifica a apresentação da emenda supressiva no segundo turno: "A

permanência do doutor Ulysses na Presidência da Câmara e, portanto, na Vice-Presidência da República, interessa a muita gente, inclusive aos militares". O próprio Sarney já disse a alguns ministros que a manutenção de Ulysses na Vice-Presidência até o final de seu mandato seria um fator a mais de estabilidade para o seu Governo. Essa é também a opinião dos ministros militares.

Ulysses não esconde a sua simpatia pela emenda de Medina. Observa que ela abre perspectivas e lembra a longa permanência do deputado Thomas Tip O'Neill na presidência da Câmara de Representantes dos Estados Unidos.

Mesmo com esses apoios, Ulysses enfrentará dificuldades. O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, por exemplo, é contra a proposta: "Isso é casuismo. E todo casuismo é ruim. A própria reeleição de Ulysses para a presidência da Câmara no ano passado, já foi inconstitucional". O senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS, tem a mesma opinião: "Quem já conseguiu uma reeleição, mesmo vedada pela Constituição, não deverá ter dificuldade para conseguir outra".

Espaço preservado

Entre os partidários de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, chegou a se alimentar na semana passada a expectativa de que a demissão de Archer poderia provocar uma ruptura de Ulysses com o Governo antes mesmo da votação do mandato presidencial, na próxima semana. Mas isto está descartado: Sarney não admite sequer essa possibilidade antes da promulgação da Constituição. E Ulysses também não abre mão de manter seus espaços no Governo até o término da Constituinte.

O senador Mauro Benevides, dirigente do PMDB e da Constituinte, com bom trânsito entre governadores e junto ao Planalto, foi ontem à tribuna para defender Renato Archer. Benevides é um dos políticos mais ligados a Ulysses. O presidente do PMDB está articulando, também, o apoio dos governadores a Renato Archer, que, por serem beneficiados com o repasse direto dos recursos da Previdência Social, não concordam com a sua transferência para o PFL. Tudo indica, portanto, que Ulysses continuará com seu espaço no Governo.

difficil", disse Ulysses, absten-do-se, no entanto, de apresentar opiniões pessoais quanto ao resultado da votação do mandato do Presidente. "As minhas opiniões sobre assuntos fundamentais são conhecidas, mas



No convite para o jantar, o

Cincoanistas se mobilizam pela vitória

A intensa movimentação dos constituintes governistas, favoráveis ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, contrastava, ontem, com a aparente omissão dos senadores e deputados quatroanistas.

No começo da noite, o líder do Governo no Senado, senador Saldanha Derzi (PMDB-MT), dizia, satisfeito, que "não há mais nada a fazer, para assegurar os cinco anos de mandato ao atual Presidente".

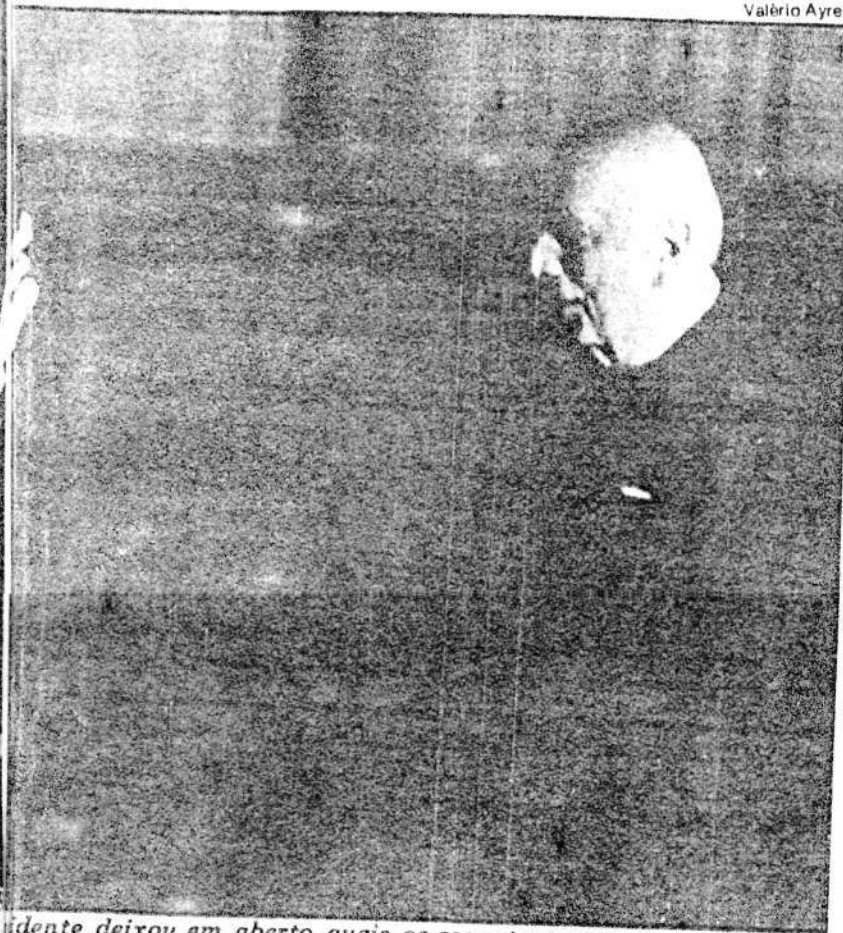
"Está tudo bem e agora só nos resta aguardar a hora da votação". Apesar do otimismo de Derzi, o líder governista na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), tinha acertado para hoje, na Câmara, um encontro com os constituintes que apoiam Sarney.

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, sublinhava que "não era hora de se pensar numa estratégia, em favor da tese quatroanista".

"Chegou o momento do jogo tático e estou convencido de que haverá muitas surpresas na hora da votação do mandato presidencial".

Para Covas, ao contrário do que acredita o Governo, a tese dos quatro anos está muito forte na Assembléia.

Na noite de ontem, deveriam encontrar-se, na residência oficial do chefe do Governo, o presidente



Valério Ayres

deixou em aberto quais os assuntos a tratar com Ulysses

Itamar prova que Lucena pode cair

"Se o Gadelha pode, com base no Regimento Interno do Senado, destituir o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) da Comissão de Fiscalização e Controle, vou provar que o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), pode ser destituído de sua função no dia seguinte".

O desafio é do senador Itamar Franco (sem partido-MG), que promete para hoje apresentar uma contra-argumentação infalível ao requerimento do líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), pedindo a destituição de Chiarelli da Comissão de Fiscalização e Controle, da qual é presidente. O requerimento de Gadelha deverá ser lido hoje em sessão do Senado, que promete ser polêmica devido às intervenções de senadores que apoiam a permanência de Chiarelli na Comissão.

O argumento sobre a possibilidade de destituição de Humberto Lucena foi apresentado, na verdade, ontem mesmo por Itamar Franco, durante sessão em que não houve quorum para dar prosseguimento aos trabalhos e o requerimento de Gadelha acabou não sendo lido.

O senador Gadelha pretende destituir Chiarelli com base no ar-

tigo 86 do título VI do Regimento Interno, que dispõe que, "a qualquer tempo, é lícito às lideranças pedir, em documento escrito, a substituição de nomes de titulares ou suplentes das Comissões nas representações das respectivas Bancadas". Itamar Franco argumenta que a Mesa do Senado viu esse artigo, mas não viu o Regimento como um todo, em que haveria margem para se entender que Lucena, como presidente de Comissão também poderia ser destituído. De ambos os lados são apresentados argumentos que tornam a matéria polêmica: o próprio Chiarelli entende que foi eleito presidente da Comissão num pleito do qual participaram integrantes de outros partidos, sobre os quais Gadelha não exerce liderança. Por parte da Mesa do Senado, há o entendimento de que Lucena não foi indicado por seu líder para a presidência da Comissão Diretora do Senado, e que portanto não estaria sujeito à destituição, como Chiarelli. Itamar Franco conhece todos esses argumentos e promete para hoje rebater tudo o que for alegado pela Mesa, mas não quis adiantar sua contraargumentação. "Se disser agora, vou desmontar toda a minha estratégia".

Senadores não têm solução para a pauta

Sem que tenham chegado a qualquer solução, líderes partidários e senadores vinculados ao Governo reuniram-se ontem com o presidente do Senado, Humberto Lucena, para discutir fórmulas capazes de desobstruir a pauta de votação da Casa, onde estão encaalhados, desde o início do ano, 40 pedidos de empréstimos a Estados e municípios, 16 indicações de embaixadores e várias outras propostas.

Segundo o líder do PDS, Jarbas Passarinho, "está muito difícil chegar-se a uma solução", não só porque o Governo perdeu a maioria no Senado, como também devido aos "ressentimentos pessoais". O líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, também se referiu genericamente a esses ressentimentos e observou aos participantes da reunião que o clima de entendimento entre oposição e Governo fica mais difícil em razão das hostilidades do Palácio do Planalto à CPI da Corrupção.

Outra agravante nas relações do Governo com o Senado é o conformismo de alguns senadores — como o baiano Ruy Bacelar — que se queixam de discriminação da administração federal contra os seus Estados devido à posição de independência dos seus governadores em relação ao Palácio do Planalto.

Discriminação

O vice-líder do PFL, João Menezes, negou essa discriminação, afirmando que não há na Presidência da República nenhum processo de interesse da Bahia ou de outro Estado que esteja paralisado por motivos políticos. A explicação não satisfaz Fernando Henrique Cardoso, para quem a liberação de recursos pode estar sendo barrada a partir de escalões de algumas áreas do Governo, como a Caixa Econômica Federal.

A falta de deliberação do Senado sobre as propostas em pauta preocupa não só Estados e municípios que dependem dos empréstimos, mas de modo especial ao Itamaraty, que espera a aprovação dos 16 embaixadores indicados para diferentes países. Na semana passada, o chanceler Abreu Sodré fez um apelo ao presidente da Casa, Humberto Lucena, e ao líder Fernando Henrique Cardoso, para que tentem aprovar logo as indicações dos embaixadores, tendo em vista que embaixadas como a do Kwai e das Filipinas estão sem titulares desde dezembro do ano passado.